72,50m até o Ponto "D", situado no alinhamento predial da Rua Professor Cardoso de Mello Neto; daí, deflete à direita e segue em linha reta pelo alinhamento da mencionada Rua na distância aproximada de 78,00m até o Ponto "E", situado no PC da curva; daí, segue em curva à direita no desenvolvimento de 79,91m até o Ponto "F", situado no PT da curva; daí, segue em linha reta pelo alinhamento predial da Rua Professor Cardoso de Mello Neto na distância de 125,00m aproximadamente até o Ponto "G", situado no PC da curva; daí, segue em curva à direita no desenvolvimento de 18,20m aproximadamente até o ponto "A", início desta descrição e encerrando a área de 20.000,00m² (vinte mil metros quadrados) aproximadamente".

Artigo 2.º — Fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para os fins do disposto no artigo 15, do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956.

Artigo 3.º — As despesas decorrentes da aplicação do presente decreto correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 18 de outubro de 1988.

ORESTES QUÉRCIA

Mário Sérgio Duarte Garcia, Secretário da Justiça

Roberto Valle Rollemberg, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 18 de outubro de 1988.

DECRETO N.º 29.030, DE 18 DE OUTUBRO DE 1988

Altera o inciso II do artigo 12 do Regulamento Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto n.º 7.290, de 15 de dezembro de 1975

ORESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais.

Decreta:

Artigo 1.º — O inciso II do artigo 12 do Regulamento Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto n.º 7.290, de 15 de dezembro de 1975, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 12 — ...

II — Do Chefe do Estado Maior, pelo Oficial do Quadro de Oficiais Policiais Militares mais antigo dentre os de maior grau hierárquico que servem nos órgãos de Direção Geral, Direção Setorial e nos Comandos do Policiamento Metropolitano, do Policiamento do Interior e do Corpo de Bombeiros."

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 14 de outubro de 1988.

Palácio dos Bandeirantes, 18 de outubro de 1988.

ORESTES QUÉRCIA

Luiz Antonio Fleury Filho,

Secretário da Segurança Pública

Roberto Valle Rollemberg, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 18 de outubro de 1988.

DECRETO N.º 29.031, DE 18 DE OUTUBRO DE 1988

Dispõe sobre oficialização da Medalha Cultural "Aluísio de Almeida"

ORESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais.

Decreta:

Artigo 1.º — Fica oficializada, sem ônus para os cofres públicos, a Medalha Cultural Aluísio de Almeida, instituída pelo Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba e aprovada o regulamento que a este acompanha.

Artigo 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 18 de outubro de 1988.

ORESTES QUÉRCIA

Roberto Valle Rollemberg, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 18 de outubro de 1988.

REGULAMENTO DA MEDALHA CULTURAL

"ALUÍSIO DE ALMEIDA"

Artigo 1.º — A Medalha Cultural "Aluísio de Almeida", criada pelo Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, tem por objetivo galardoar as pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que por seus méritos e relevantes serviços prestados à cultura e em especial o culto à Sorocaba, se tenham feito dignas da distinção.

Artigo 2.º — A Medalha de que trata o artigo 1.º é de bronze, formato circular, com 35mm de diâmetro, trazendo no anverso: em plano principal um pouco deslocado a sinistra, a efígie do Mons. Luiz Castanho de Almeida, em ato de segurar um livro a destra, tendo na capa deste a inscrição "Clio" e ao fundo e centro, vê-se uma cruz resplandecente. Na orla, em caracteres versais, os dizeres: "Aluísio de Almeida" em sua parte superior e "Medalha Cultural" na metade inferior.

No reverso da Medalha estará impresso o Brasão do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba. A Medalha pende de fita goiácora de seda chamalotada, com 35mm de largura. As cores obedecerão à seguinte ordem, do centro para os extremos e correspondem aos seguintes metais e esmaltes: sable (preto), ouro (amarelo), goles (vermelho), prata (branco) e sable (preto), sem predominância na largura de umas sobre as outras, que será de 3,5mm, ocasionando assim a duplicação da largura do esmalte do centro, que ficará com 7mm.

§ 1.º — A Medalha será acompanhada de miniatura, roseta e do respectivo diploma.

§ 2.º — O diploma terá as características e dizetes a serem estabelecidos pelo Conselho da Medalha, de que trata o artigo 3.º.

Artigo 3.º — A diretoria do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, estabelece a formação do Conselho da Medalha Cultural "Aluísio de Almeida", fornecendo-lhe plenos poderes para a decisão da concessão da citada Medalha.

Parágrafo Único — O referido Conselho, será regido por Regulamento Interno estipulado pela Diretoria do Instituto.

Artigo 4.º — O Conselho se obriga a conceder no máximo três Medalhas por ano.

§ 1.º — A primeira concessão ficará acima dos limites estipulados, ficando a critério da Diretoria do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba.

§ 2.º — Se as circunstâncias o exigirem o quantitativo referido poderá ser elevado mediante solicitação fundamentada ao Conselho Estadual de Honrarias e Mérito.

Artigo 5.º — As propostas para a concessão serão dirigidas ao Conselho da Medalha em formulário próprio e se farão acompanhar do "Curriculum Vitae" do proposto bem como as razões que se justifiquem.

Parágrafo Único — As indicações para a concessão poderão ser feitas ao Conselho por intermédio de qualquer sócio do Instituto.

Artigo 6.º — A aprovação dependerá da maioria absoluta dos votos do Conselho da Medalha, ad referendum do Conselho Estadual de Honrarias e Mérito.

Artigo 7.º — Os Diplomas acompanhados do "Curriculum Vitae" do indicado, serão encaminhados ao Conselho Estadual de Honrarias e Mérito para deliberação e registro.

Parágrafo Único — A recusa do Conselho Estadual de Honrarias e Mérito em registrar o Diploma, importará no cancelamento da indicação.

SECRETARIAS DE ESTADO

Secretaria do Governo

Secretário
Roberto Rollemberg

Despachos do Governador

Nos processos SEP a seguir indicados, sobre convênios: "Autorizo, obedecidas as formalidades legais atinentes à espécie a celebração de convênios e/ou aditamentos de convênios entre a Secretaria de Economia e Planejamento e os Municípios abaixo discriminados, visando à transferência de recursos financeiros a fundo perdido:

Processo	Município	Objeto
1.883-88	Ribeirão Bonito	recapamento asfáltico
1.927-88	Itapua	pavimentação asfáltica
2.145-88	Buri	assentamento de guias e sarjetas
1.987-88	Potirendaba	implantação de rede de esgotos sanitários e rede de abastecimento de água, incluindo instalação de reservatório elevado
2.338-88	Santa Cruz da Conceição	pavimentação asfáltica

Nos processos SEP a seguir indicados, sobre convênios: "Autorizo, obedecidas as formalidades legais atinentes à espécie a celebração de convênios entre a Secretaria de Economia e Planejamento e os Municípios abaixo discriminados, visando à transferência de recursos financeiros a fundo perdido:

Processo	Município	Objeto	Valor em Cz\$
1.933-88	Mirassolândia	reforma e ampliação do Centro de Lazer do Trabalhador	12.000.000,00
2.337-88	Mirassolândia	assentamento de guias e sarjetas	3.000.000,00

(Republicados por terem saído incorretos.)

Despacho do Governador, de 18-10-88

No processo SH-421-88, sobre convênio: "Nos termos do parecer 1.354-88, da Assessoria Jurídica do Governo, autorizo a celebração de convênio entre o Estado de São Paulo, pela Secretaria da Habitação e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP, com intervenção da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo-CDH, tendo por objeto a cooperação mútua na área habitacional, para atingir, através de recursos provenientes do Convênio Caixa Econômica Federal-FIESP, a população carente do Estado de São Paulo, respeitadas as normas legais e regulamentares."

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SG-100, de 18-10-88

Doação de materiais usados, declarados inservíveis pela Divisão Estadual de Material Excedente

O Secretário do Governo, nos termos do § 1.º do artigo 1.º do Decreto-lei 204, de 25 de março de 1970, combinado com o artigo 5.º da Lei 10.064, de 27 de março de 1968, resolve:

Artigo 1.º — Fica autorizada a doação ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, de materiais usados, pertencentes ao patrimônio de várias Secretarias de Estado e declarados excedentes pela DEMEX, da Coordenadoria da Administração de Material da Secretaria da Administração — CAM 971/88;

I — pertencentes à Secretaria dos Transportes:

a) Departamento de Estradas de Rodagem;

1 — CAM — 791/88 — Almoarifado — relação 2/GT.2/DR.20/1988;

2 — CAM 789/88 — Divisão Regional de Ribeirão Preto — relação 3/GT.2/DR.8/1988;

II — pertencentes à Secretaria da Saúde:

a) Coordenação de Regiões de Saúde — 1;

1 — CAM — 794/88 — Centro de Saúde I de Santo André — Escritório Regional de Saúde de Santo André — ofício 179/88;

b) Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual:

I — CAM 799/88 — CAM 830/88 — ofícios 142/88 — 150/88;

III — pertencentes à Secretaria da Promoção Social:

a) Coordenadoria de Apoio Social;

1 — CAM 811/88 — CAM 822/88 — Setor de Patrimônio — Departamento de Amparo e Integração Social — ofícios 6/88 — 5/88;

IV — pertencentes à Secretaria de Relações do Trabalho:

a) Departamento de Administração;

1 — CAM 802/88 — Divisão de Material e Serviços — ofício 17/88;

V — pertencentes ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo;

a) Gabinete do Superintendente;

1 — CAM 815/88 — ofício 41/88;

2 — CAM 817/88 — Divisão de Hospital Auxiliar de Cotoxó — ofício 43/88;

Artigo 2.º — O Departamento de Estradas de Rodagem, o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual e o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo procederão a baixa patrimonial dos materiais a que aludem os itens 1 e 2 da alínea a, do inciso I, item I, da alínea b, do inciso II, itens 1 e 2 da alínea a, do inciso V, do artigo 1.º.

Artigo 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Retificação do D.O. de 18-10-88

No extrato de Termo Aditivo onde se lê: Processo GG 1.389/88; leia-se: Processo GG 1.389/87.

Artigo 8.º — A entrega da venera ocorrerá sempre no dia 06 de novembro, ocasião em que se comemora o natalício de Aluísio de Almeida; na solenidade, um dos agraciados deverá lembrar a figura insigne do Mons. Luiz Castanho de Almeida.

Parágrafo Único — Por deliberação do Conselho, excepcionalmente a Medalha poderá ser entregue em dia diferente do estipulado, mas observando-se o enaltecimento do patrono.

Artigo 9.º — Perderá o direito ao uso da Medalha, devendo restituí-la ao Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, juntamente com os complementos, o agraciado que praticar qualquer ato atentatório a dignidade ou ao espírito da honraria.

Artigo 10 — A medida de que trata o artigo 9.º, será determinada pelo Conselho da Medalha, por maioria absoluta de seus membros, comunicando-se ao Conselho Estadual de Honrarias e Mérito.

Artigo 11 — Na hipótese de extinção da Medalha, seus cunhos, exemplares remanescentes e complementos, serão recolhidos ao Conselho Estadual de Honrarias e Mérito, sem ônus para os cofres públicos.

Artigo 12 — O presente regulamento apenas poderá ser alterado, após a submissão ao Conselho Estadual de Honrarias e Mérito.

ASSESSORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA

Comunicado

A Assessoria Técnico-Legislativa, para conhecimento dos interessados, comunica que o Supremo Tribunal Federal, nos autos da Representação 1235-2, da qual foi Relator o Ministro Aldir Passarinho, proferiu, através de seu Plenário, por maioria de votos, acórdão declarando a improcedência da representação de inconstitucionalidade da Lei 4.124, de 3-7-84, que autorizou o Poder Executivo a celebrar convênios com as Prefeituras Municipais, visando a transferir-lhes a fiscalização, o controle e o policiamento do tráfego e trânsito. O teor do acórdão é o seguinte:

"Ementa: Representação de inconstitucionalidade. Lei 4.124, de 3-7-84, do Estado de São Paulo: autorização para que o Poder Executivo estadual celebre convênios com as Prefeituras Municipais, visando a lhes transferir a fiscalização, o controle e o policiamento do tráfego e do trânsito, nas vias, estradas e em logradouros localizados em seus respectivos territórios. Alegação de violação do artigo 8.º, XVII, letra "n", e seu parágrafo único da C.F.

Representação julgada improcedente. Inexistência de norma constitucional proibitiva da delegação em exame, que também não decorre dos princípios gerais da C.F., não incidindo a realização de tais convênios na vedação da parte final do § 1.º do artigo 13, conforme o admite expressamente o § 3.º daquele mesmo artigo 13, que prevê a celebração de convênios entre a União, Estados e Municípios para a execução de suas leis, serviços ou decisões. Votos vencidos.

Acórdão — Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plena, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, julgar improcedente a representação. Brasília, 5 de fevereiro de 1986. Moreira Alves — Presidente — Aldir Passarinho, Relator." ("D.J.U" 164, de 26-8-88, pág. 21.033).

Justiça

Secretário
Mário Sérgio Duarte Garcia

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despachos do Secretário

De 17-10-88

SJ-240.074/88 — Mendes Junior Edificações Ltda. — Solicita autorização para dar em Caução, à Caixa Econômica do Estado de São Paulo, os direitos creditórios decorrentes de contrato de Empreitada assinado em 7-3-88 com o Governo do Estado: "Em face do parecer de fls. 54/57 da Consultoria Jurídica desta Pasta, indefiro o pedido de fls. 3".

De 18-10-88

SJ-216.945/84 — cl/ap. PGE-87.128/84 — Procuradoria Geral do Estado — Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Unesp — Campus de Jaboticabal — Doação de bens adjudicados pela Fazenda do Estado, nos autos da Execução Fiscal 122/73-2.º Ofício, movida contra Luiz Vintém Filho, perante o Juiz de Direito da Comarca de Viradouro: "Diante dos elementos de instrução dos autos e com fundamento no inc. VII do art. 31 do Decreto 28.253/88, destino à Universidade Estadual Paulista — UNESP (petição de fls. 2 do processo apenas) o bem móvel adjudicado na Execução Fiscal 122/73 do 2.º Ofício da comarca de Viradouro movida a Luiz Vintém Filho, constante do documento contábil de fls. 47."

PGE-90.586/85 — Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo — Doação de bens adjudicados pela Fazenda do Estado, nos autos da Execução Fiscal n.º 48/71-1.º Ofício da Comarca de Jaboticabal contra Pedro Galadinovait: "Diante dos elementos constantes dos autos e com fundamento no inc. VII do art. 31 do Decreto 28.253/88, destino, a título de doação, à Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo, de Jaboticabal (pedido formulado às fls. 2), os bens móveis indicados às fls. 3, adjudicados nos autos da Execução Fiscal 48/71-1.º Ofício da referida localidade, movida pela Fazenda do Estado contra Pedro Galadinovait."

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

FUNDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Julgamento de Licitação

Tomada de Preços FAJ-10/88 — Proc. FAJ 877/88, que trata do fornecimento de mobiliário e poltronas estofadas.

A Comissão Julgadora responsável decidiu classificar as propostas apresentadas pelas firmas licitantes, na seguinte ordem: em 1.º lugar, Empresa Bias Fortes de Móveis Ltda., e em 2.º lugar, Sidarta Equipamentos para Escritório Ltda.

Adjudica, pelo critério de menor preço, o objeto da aludida Tomada de Preços, à firma Empresa Bias Fortes de Móveis Ltda.

PROCURADORIA JUDICIAL

Despacho do Procurador do Estado Chefe

Proc. 427/82 — 2.º volume — "De acordo com a cláusula 4.ª do contrato firmado entre a Procuradoria Judicial da Procuradoria Geral do Estado e Indústrias Villares S/A., autorizo o reajuste de preço pleiteado pela firma interessada por estar em conformidade com a variação dos índices das OTN's, passando para a base mensal de Cz\$ 68.313,75, a partir de setembro/88, conforme demonstrativo de cálculos elaborados pela Seção de Finanças".